

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DE TURISMO DO PÓLO SALVADOR E ENTORNO
Salvador-Ba., 13 de março de 2003.

Carlos Alberto Gusmão de Burgos (Banco do Nordeste) – Realizou abertura da reunião informando que a mesma será conduzida pelo Superintendente João Robério.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Saudou os presentes, informando os objetivos da reunião, fazendo leitura da pauta dos trabalhos do dia. Solicitou que os conselheiros realizassem uma breve auto-apresentação, onde após conclusão, passou a palavra para o Sr. Érico Mendonça que daria continuidade aos trabalhos, abordando o primeiro assunto da pauta.

Érico Mendonça (Secretaria da Cultura e Turismo) – Realizou apresentação com o tema “Planejamento do Estado da Bahia Para o Turismo - Fatores Determinantes”, que constou dos fatores determinantes para o turismo no Estado, a visão de futuro e as fases do planejamento para a Bahia, apresentando os diversos pólos prioritizados, onde já estão sendo desenvolvidas ações, e dois futuros pólos que serão trabalhados em futuro próximo. Passou a palavra para o Cristiano da Fundação Getúlio Vargas, a fim de realizar a apresentação da síntese PDITS-Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, que foi entregue a todos os conselheiros para sua análise.

Cristiano Vasquez (Fundação Getúlio Vargas) – Saudou os presentes, fez breve introdução sobre a elaboração do Plano, informando que o objetivo ao final de sua apresentação seria realizar a convalidação do PDITS-Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, informando que as contribuições, sugestões e considerações serão sempre bem vindas, fazendo parte da metodologia da construção do Plano. Iniciou a apresentação do Plano. Mostrou as premissas do trabalho, a mobilização da comunidade através da realização de doze reuniões com a participação média de quarenta e cinco pessoas, sendo que nove delas foram realizadas fora de Salvador, em quatro cidades pertencentes ao Pólo. Apresentou a metodologia de priorização das propostas que levaram em conta a criação de diferenciais que por serem únicas, não podem ser copiadas. Informou que a divisão dos recursos obedeceu três objetivos: Fortalecimento da Gestão Municipal para a Gestão do Turismo; Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-estrutura para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo; e Promoção de Investimentos do Setor Privado. Todos eles divididos em prioridades A e B, sendo que sessenta e sete milhões de dólares serão para ações específicas nos municípios e treze milhões de dólares em ações para o Pólo como um todo, cujo detalhamento consta no PDITS.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Agradeceu ao Cristiano pela apresentação, abrindo a discussão para os Conselheiros, lembrando que as questionamentos só poderão ser realizados através dos Conselheiros. Solicitou

brevidade na formulação dos questionamentos, uma vez que deverão ser muitos, e que pela programação, deverá ainda haver a votação do PDITS, existindo uma limitação natural do tempo que os presentes dispõem para este trabalho.

Edmundo Ramos (Prefeitura de Lauro de Freitas) – Sugeriu que a ordem de inscrição seja realizada por quem mandou fax para o Banco do Nordeste

Eduardo Farina (Cluster do Entretenimento)- Sugeriu que fosse adotado o critério de inscrição local, sendo aceito pelos presentes.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Solicitou que quem quisesse se pronunciar desse o nome para o Burgos que ficou responsável pela inscrição.

Carlos Alberto Gusmão de Burgos (Banco do Nordeste) – Iniciou a elaboração da lista de pronunciamentos e no final passou-a para o João Robério.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Solicitou permissão para passar dois slides com fluxograma/esquema de execução do PRODETUR II, antes da abertura para os questionamentos, a fim de lembrar aos participantes a hierarquia e o fluxo de trâmite dos projetos.

Genebaldo de Souza Correia (Prefeitura de Santo Amaro)– Agradeceu o convite para participar do conselho parabenizando a iniciativa do Banco e do Estado em ouvir os segmentos da sociedade para discutir os rumos dos trabalhos. Disse não ficar bem fazer a votação do plano agora, pois acha insuficientes as informações nele contidas, uma vez que este teve pouca participação da comunidade na sua elaboração. Solicitou também que houvesse uma divisão por município dos recursos, apesar de entender que esta seja uma decisão do Banco e do Estado, uma vez que são os donos do dinheiro, mas que isso não deve ser homologado pelos Prefeitos. Solicitou que fossem realizadas novas inserções de prioridades no Plano, a fim de que ele expressasse uma participação ampliada, contendo as diretrizes dos governos municipais das cidades integrantes do Pólo.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Lembrou que os recursos são emprestados pelo Banco ao Estado, e este é quem decide aonde vai aplicá-lo. Informou que as considerações e questionamentos estão sendo anotados para discussão após as intervenções de todos os inscritos.

Eduardo Farina (Cluster do Entretenimento)– Apresentou sugestões em nome do Fórum *Cluster* de Entretenimento ao PDITS: aumentar os investimentos para a Cidade Baixa, uma vez que já estão sendo realizados projetos de infra-estrutura, como a Ribeira Azul e revitalização do complexo da Calçada, na feira de São Joaquim, na praia do Canta Galo, criação de escola técnica, dentre outros, que além de estarem melhorando a qualidade de vida dos moradores da Cidade Baixa, atrairão os turistas. Identificou dentro do PDITS quatro projetos para aquele setor

de Salvador, dois colocados em prioridade A e mais dois colocados em prioridade B, solicitou que todos os investimentos sejam colocados em prioridade A, como se fossem uma única ação integrada para a região, que seriam conjugados com mais dois projetos que não estão contemplados dentro do plano: reformulação do Forte São Marcelo e o terminal de embarque de passageiros. Mostrou os impactos do projeto da Via Náutica, e realizou outras considerações sobre o cluster de turismo. Por último, em sua opinião acha que houve uma inversão sobre a priorização dada ao projeto de sinalização e o de divulgação, dentro do PDITS, por entender que os turistas só precisarão de sinalização se vierem ao destino turístico, e para tanto é fundamental a propaganda, por isso pede sua alteração.

Edmundo Ramos (Prefeitura de Lauro de Freitas) – Solicitou maior intervalo entre as reuniões do Conselho do Pólo, a fim de que haja tempo para maior estudo sobre as proposições. Questionou em que ponto do fluxo haverá uma aproximação com o Plano Diretor. Perguntou sobre a existência de contrapartida de recursos próprios nos projetos, se projetos que já estejam elaborados podem ser acrescentados ao PDITS, se é necessário a licitação tanto para projetos de obras como para projetos de capacitação e se as Empresas Públicas poderiam participar como executoras de projetos.

Érico Mendonça (Secretaria da Cultura e Turismo) – Comentou que é necessária a apresentação dos projetos ao Banco para sua aprovação. Está solicitando do Banco que os projetos sejam aprovados, sem que haja aprovação dos mesmos pelas Câmaras Municipais.

Inez Garrido (Secretaria da Cultura e Turismo) – Apresentando-se como técnica da SUINVEST-Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos, informou que os projetos que constam do plano e que já foram elaborados, estavam priorizados pelo PDITS. Caso haja projetos já elaborados pela Prefeitura, cuja prioridade seja contemplado pelo PDITS, e que ainda não foram contratados, estes podem ser acrescentados ao PRODETUR II.

Érico Mendonça (Secretaria da Cultura e Turismo) – Informou que existe um processo de licitação para as empresas que desejem executar os projetos, mesmo que estas sejam concessionárias públicas.

João Robério (Banco do Nordeste) – Informou que só os Estados podem se candidatar a receber financiamentos do PRODETUR II. Os municípios não podem se inscrever, mesmo que tenham condições fiscais para contrair financiamento.

Edmundo Ramos (Prefeitura de Lauro de Freitas) – Comentou sobre a validade do plano, por atingir uma grande região, pois tem uma visão maior que a do município, sendo assim necessário maior tempo para análise e adaptação dos municípios a esta nova forma de visão para que façam uma melhor apreciação dos projetos.

Valdir Santos (Faculdade Adventista de Administração do Nordeste) – Saudando os presentes, fez algumas considerações: 1- É necessário mais tempo para a análise do PDITS, pois é preciso analisar melhor a sinergia dentro da área de abrangência, evidentemente respeitando o cronograma já traçado; 2- Caso não seja aceito proposta anterior, que seja analisado a correlação de prioridades, havendo necessidade de crítica dos seus componentes, onde seria necessário uma discussão sobre os critérios de prioridades adotados.

Janeide Reis (Associação Desportiva e Comunitária dos Moradores do Parque Santa Rita)– Comentou sobre o pouco tempo de análise do documento, e uma vez que existe uma transparência das ações, sendo necessário a votação do Regimento antes da aprovação do PDITS.

Valdir Santos – (Faculdade Adventista de Administração do Nordeste) - Confirmando que a totalidade do PDITS estava no CD, disse ser necessário mais tempo para sua análise, inclusive cruzando dados do PRODETUR I com o PRODETUR II. Lembra que tem que haver uma sinergia para melhorar a sustentabilidade, principalmente no que diz respeito as priorizações sugeridas pelo Plano.

Martha Sena (Ação Comunitária Santamarense) – Comentou que o tempo dado para a análise do Plano foi muito pequeno, solicitando maior prazo para sua análise e apresentação de sugestões de alteração, principalmente a rediscussão das prioridades uma vez que como estas foram estabelecidas pela comunidade que não conhecendo a atividade do turismo, olharam primeiro para sua necessidade local, não havendo uma discussão da priorização em nível regional. É necessário o repasse de informações sobre os impactos dos efeitos dos projetos nos municípios, uma vez que isto não foi discutido quando da eleição das prioridades. É necessária também, uma discussão entre os municípios para que se montem projetos integrados para uma região, evitando desperdício de recursos. Questionou se é possível acrescentar projetos ao PDITS neste momento, e se uma ONG pode se credenciar para gerir projetos do PDITS ?

Érico Mendonça (Secretaria da Cultura e Turismo) - A idéia do Plano é fazer um projeto integrado, com visão regional. O conselho tem a função de pensar no conjunto, no Pólo. O conceito que deve estar por detrás das ações a serem desenvolvidas é que o turista passe mais tempo na Bahia, sendo assim necessário integrar os atrativos. Quanto as perguntas, respondeu afirmativamente a ambas, inclusive exemplificando com casos de ONG's que já atuam em Porto Seguro. Lembrou que os projetos podem ser apresentados mas tem que ser aprovados por todos os conselheiros.

Ajax Tavares (UNIBAHIA-Unidade Baiana de Ensino, Pesquisa e Extensão) – Corroborou sobre a exiguidade de tempo para a análise, solicitando mais tempo.

Sérgio Luis (IBRANAF-Instituição Bravo Nordeste de Auxílio Fraternal) – Solicita um enfoque maior dentro do PDITS, direcionada ao terceiro setor.

Pedro Galvão (ABAV-Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) – Não participaram em momento algum da elaboração do Plano, por representar uma entidade representativa do cluster do Turismo, porém não quer polemizar sobre o assunto. Solicitou mais tempo para análise, pedindo mais 10 dias para análise e apresentação de propostas e mais 15 dias para discussão das novas propostas e votação para aprovação, uma vez que o Governo quer a participação dos seguimentos na decisão sobre o setor.

Inez Garrido (Secretaria da Cultura e Turismo) – Informou que houveram quatro reuniões em Salvador, na sede da SUINVEST-Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos, onde foram convocadas as instituições ligadas ao setor, bem como as Prefeituras dos municípios que compõem o Pólo. Houveram também reuniões em outros municípios. Lembrou que o plano é um documento inicial para a realização de um trabalho mais participativo, cuja dinâmica será dada pelo Conselho do Pólo.

Evanilson Montenegro (ABIH-Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) – Perguntou se uma vez convalidado o plano, se nós já estaríamos aprovando o que consta no documento? Uma vez que as prioridades são mutáveis, e aquilo que hoje é prioridade, daqui a seis meses poderá não sê-lo. Indagou ainda, se estamos preparados para realizar as ações priorizadas?

Érico Mendonça (Secretaria da Cultura e Turismo) – Concorda que as prioridades são mutáveis, pela própria dinâmica do setor, mas que para efeito de planejamento, é necessário se dá um corte em um determinado momento no tempo. Lembrou que o Estado tem uma capacidade de endividamento, onde se deve ter a consciência de que este não terá de suprir todas as demandas. Disse que o tempo é outra variável importante, uma vez que os recursos do PRODETUR são divididos entre os Estados nordestinos e na Bahia, existem outros Pólos que não só o de Salvador e Entorno.

Inez Garrido (Secretaria da Cultura e Turismo) – Lembrou que é novidade para todos o processo que o PRODETUR traz, onde todos estão passando por um processo de aprendizagem. Fazendo menção ao fluxo do programa, apresentado anteriormente pelo Robério, citou que a aprovação do PDITS é o passo inicial para o ingresso de recursos no Estado. O Conselho é o instrumento de atualização do plano, o qual tem momentos para ocorrer, que são as reuniões do Conselho. Os conselheiros serão os responsáveis por suas alterações. Lembrou que se não houver data limite para as alterações, ele nunca ficará pronto para ser encaminhado ao Banco. A data de liberação dependerá da data de aprovação do plano, pois em seguida ele será encaminhado ao Banco, para contratação e liberação dos recursos, dentro de um cronograma e a medida em que o Estado também for colocando sua contrapartida. Informou que os planos dos outros Pólos ainda estão em fase de elaboração, devendo ser encaminhado a medida que

forem ficando prontos. Dos pólos da Bahia, o de Salvador é o mais adiantado, devendo vir em seguida o da Chapada e o do Litoral Sul.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Comentou que tudo que foi feito até hoje permitiu que o Banco adiantasse a contratação com o BID.

Evanilson Montenegro (ABIH-Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) – Corroborou que quanto mais cedo aprovarem mais rápido os recursos chegarão ao Estado.

Luiza Helena (UNIME-União Metropolitana de Educação e Cultura) – Apesar do que foi dito pela Inês, crê que vale a pena haver mais tempo para amadurecer a análise do PDITS.

Erasmão Filho (ABOMLF-Associação dos Barraqueiros da Orla de Lauro de Freitas) – No cerne do PRODETUR II está a concepção da formulação de um turismo cidadão, representado pela existência do conselho de turismo. Assim, como representante de um segmento, não se sentiria a vontade para aprovar o plano nessa celeridade, lembrando que este é o primeiro encontro e crê que deve haver mais seriedade no trato com o destino da população.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Lembrou que o Conselho reúne-se a cada dois meses, mas que também pode haver reuniões extraordinárias em qualquer momento.

Adalgiza d'Eça (IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – Disse existir erros conceituais uma vez que foi considerada apenas a legislação estadual na elaboração do PDITS, existindo leis federais que foram infringidas, devendo haver sua modificação pois da forma que está não poderão ser aprovados pelo IPHAN. Inclusive alguns dos projetos priorizados nunca passaram pelo IPHAN. Quanto ao Plano Diretor em cidades que tenham patrimônio histórico, conforme dita a legislação, tem que haver a participação do IPHAN para sua elaboração/aprovação. Assim, não pode aprovar o plano uma vez que só o recebeu ontem às 5 horas da tarde e ainda não teve tempo para realizar uma crítica mais detalhada.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Disse que o IPHAN é membro de quase todos os conselhos dos Pólos de Turismo como representante do Governo Federal. Contudo mostrou que nem todos os itens que estão no PDITS se transformarão necessariamente em projetos e aqueles que o sejam, devem observar todos os impactos que causará, obedecendo a legislação em vigor e passando pelos órgãos responsáveis, dos quais muitos deles fazem parte deste Conselho, como é o caso do Ibama, CRA e o próprio IPHAN. Assim, não acredita em conflitos com relação ao fato citado pela Sra. Adalgisa.

Inez Garrido (Secretaria da Cultura e Turismo)– Vai entrar em contato com a Fundação Getúlio Vargas, responsável pela elaboração do PDITS, para sua

retificação, solicitando a participação do IPHAN para ajudar na correção. Quanto aos projetos, a grande maioria ainda não foi elaborado, sendo necessário licitação para tanto, e mesmo após sua conclusão não existe certeza de aprovação, uma vez que este precisa passar pelo crivo de instituições como o IPHAN, IBAMA, tem que ter viabilidade econômica e em seguida encaminhado para o Banco que também fará uma outra avaliação de viabilidade. Inclusive lembrou que em outros pólos houve a participação do IPHAN na elaboração de alguns projetos.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Sugeriu que as pessoas que ainda faltam se pronunciar, caso o assunto a tratar já tivesse sido mencionado, demonstrando apenas seu apoio a proposição, se possível, se abstivessem de fazê-lo tendo em vista a exiguidade do tempo.

Vagner Saadi (SEBRAE-Serv. de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) – Lembrou da necessidade da priorização das entidades na análise do plano para que fosse votado o mais rápido possível, pois perder tempo pode ser perder oportunidades. Nas reuniões extraordinária que deverão acontecer poderemos realizar as mudanças sugeridas pelos presentes.

Luiz Baqueiro (Secretaria do Desenvolvimento Urbano) - Falou sobre dois grandes diferenciais que a Bahia possui. O Recôncavo e a Bahia de Todos os Santos. Falou da sua preocupação quanto a proteção ambiental, pois apesar do projeto Bahia Azul, muitos esgotos ainda são lançados sem tratamento na Bahia de Todos os Santos, bem como o aspecto social da população que vive às suas margens. Existe a necessidade de dilatar o conceito de entorno, envolvendo a região do Recôncavo, sugerindo que fossem criados três anéis: o primeiro envolvendo dezesseis municípios, que são aqueles ligados a Bahia de Todos os Santos, onde estariam localizados os atrativos turísticos; o segundo, que chamaria de Recôncavo Produtivo, composto de municípios com efetiva capacidade de geração de produtos para serem consumidos pelos municípios do primeiro anel; e o terceiro anel, que chamaria de recôncavo facilitador, que fazem limite com outras regiões, onde estariam alocados recursos de infra-estrutura que facilitasse o acesso dos turistas para o acesso aos municípios do primeiro anel, envolvendo um total de 60 municípios, uma vez que o desenvolvimento urbano tem que estar integrado com o desenvolvimento rural.

Antônio Jambeiro (Prefeitura de Saubara) – Questionou o trabalho da Fundação Getúlio Vargas, desde a época da reunião do PDITS ocorrida em Cachoeira, achando que a pesquisa realizada era ruim. Leu as 600 páginas do trabalho e está relendo para entender um pouco mais, onde observou dados absurdos, inclusive sobre dados estatísticos muito defasados e sobre atrativos que não representam a totalidade do existente nos municípios, a exemplo de Saubara que além de praias possui grupos folclóricos, onde um deles estará se dirigindo para realizar apresentação na França. Pergunta se a pesquisa foi mal feita ou se foi dirigida, uma vez que o Recôncavo é uma das regiões mais ricas em tradição e história, e foi destinado o mínimo de recursos para essa região.

Érico Mendonça (Secretaria da Cultura e Turismo) – A pesquisa foi dirigida para aqueles atrativos que tivessem a maior possibilidade de atração de turistas estrangeiros, não menosprezando o turista interno, mas sim com a idéia de atrair um público que tenha maior poder aquisitivo a fim de atrair maior riqueza para o Estado.

Inez Garrido (Secretaria da Cultura e Turismo) – Acrescentou que todas as informações colocadas pelo Sr. Antônio Jambeiro nas reuniões anteriores, foram anotadas e estão sendo inseridas no Plano, e caso haja ainda alguma inconsistência é importante haver a crítica a fim de que sejam corrigidas, pois o trabalho é construído no decorrer do caminhar, e a idéia é melhorar cada vez mais o PDITS.

Alberto Faria (SINDBEM-Sindicato das Locadoras de Automóveis da Bahia) – Fez proposta para uma reunião extraordinária para conhecer o PRODETUR I, a fim de conhecer melhor os resultados a fim de poderem dar uma melhor contribuição para o PRODETUR II.

Eduardo Farina (Cluster do Entretenimento)- Propôs a aprovação do plano.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Apresentou as seguintes sugestões para votação, contemplando as propostas apresentadas até o momento: Proposta um- Que seja dado um prazo para apresentar sugestões e em seguida nova reunião para validação do Plano pelos Conselheiros; Proposta dois - O PDITS seria aprovado agora para que o processo ande, e o Governo do Estado apresenta um prazo para que seja feita alterações nas prioridades.

Durval Olivieri (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Comentou que só a apresentação de propostas não vai resolver o problema, pois quando voltarmos a nos reunir e elas forem apresentadas teremos novas dúvidas e será solicitado novo prazo para análise e apresentação de outras alterações e assim por diante.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Concordando com a colocação de Durval Olivieri, sugeriu que fosse dado um prazo para análise e encaminhamento de sugestões de alteração ao PDITS, que a SUINVEST, ficaria com o compromisso de reencaminhar aos Conselheiros as sugestões e a partir desse encaminhamento, seria marcada nova data para sua validação.

Érico Mendonça (Secretaria da Cultura e Turismo) – Sugeriu que fosse adiado pelo prazo de 10 dias para a votação

Ajax Tavares (UNIBAHIA-Unidade Baiana de Ensino, Pesquisa e Extensão) - Solicitou um prazo maior, pela complexidade do documento, além da necessidade de montar propostas para serem encaminhadas para nova apreciação.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Sugeriu 15 dias para apresentação de propostas, sendo aceito pelos presentes. Em seguida será dado mais 7 dias para estudá-las, ficando marcada para o próximo dia 07 de abril a próxima reunião.

Wilka de Carvalho Souza (ABBTUR-BA Associação Brasileira de Bacharéis de Turismo) - Sugeriu que fossem analisadas as propostas sugeridas ao Governo antes da Reunião a fim de evitar novo debate.

Erasmus Filho (ABOMLF-Associação dos Barraqueiros da Orla de Lauro de Freitas) – Voltou a questão do Regimento, uma vez que é necessário que seja realizada sua votação e que haja uma contagem dos votos para que fique claro a aprovação ou rejeição das propostas.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Solicitou que fosse votado então a questão do adiamento da aprovação do PDITS. Houve dois votos contrário ao adiamento, e os demais a favor. Quanto ao prazo, foi colocado o de quinze dias para encaminhamento das sugestões para a SUINVEST ou Banco do Nordeste, sendo aprovado por unanimidade.

José Guilherme (IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) – Sugeriu que fosse dado prazo de 10 dias para análise das sugestões apresentadas por todos.

Evanilson Montenegro (ABIH-Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) – Perguntou se existe a possibilidade de modificar os recursos priorizados.

Inez Garrido (Secretaria da Cultura e Turismo) – Informou que o contrato é global, e o que estaremos realizando no Conselho do Pólo é um consenso do que é mais importante para o Turismo da Bahia, aqui reduzido ao Pólo de Salvador e Entorno. Logo não se trata de dividir recursos por municípios e sim ter a visão do todo, podendo para tanto substituir, alterar ou inserir projetos para que atinjam o objetivo fim.

João Robério Pereira de Messias (Banco do Nordeste) – Lembrou que o Conselho é soberano para decidir mudanças. Assim, colocado em votação foi escolhido por unanimidade a proposta um, que adia a aprovação do PDITS e concede prazo para o encaminhamento de sugestões, ficando o dia vinte e oito de março como última data para a SUINVEST receber as alterações ao plano, e logo em seguida, no dia primeiro de abril enviá-las para os Conselheiros a fim de que tomem ciência e façam sua análise, ficando marcada para a próxima reunião do Conselho, no dia sete de abril, a aprovação do PDITS. Agradecendo a presença de todos encerrou a reunião.